

REDE CONTESTADO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA 2

Eduardo do Nascimento
(Organizador)



REDE CONTESTADO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA 2

Eduardo do Nascimento
(Organizador)



Editora chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes editoriais

Natalia Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto gráfico

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremo

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da capa

iStock

Edição de arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os autores

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2021 Os autores

Copyright da Edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof. Dr. Arinaldo Pereira da Silva – Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Jayme Augusto Peres – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Daniela Reis Joaquim de Freitas – Universidade Federal do Piauí
Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Elizabeth Cordeiro Fernandes – Faculdade Integrada Medicina
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Fernanda Miguel de Andrade – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Dr. Fernando Mendes – Instituto Politécnico de Coimbra – Escola Superior de Saúde de Coimbra
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa da Fontoura Custódio Monteiro – Universidade do Vale do Sapucaí
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Welma Emidio da Silva – Universidade Federal Rural de Pernambuco

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Profª Drª Ana Grasielle Dionísio Corrêa – Universidade Presbiteriana Mackenzie
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Cleiseano Emanuel da Silva Paniagua – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Marco Aurélio Kistemann Junior – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Sidney Gonçalo de Lima – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Edna Alencar da Silva Rivera – Instituto Federal de São Paulo
Profª Drª Fernanda Tonelli – Instituto Federal de São Paulo,
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Rede contestado de educação, ciência e tecnologia 2

Diagramação: Camila Alves de Cremo
Correção: Maiara Ferreira
Indexação: Gabriel Motomu Teshima
Revisão: Os autores
Organizador: Eduardo do Nascimento

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

R314 Rede contestado de educação, ciência e tecnologia 2 /
Organizador Eduardo do Nascimento. – Ponta Grossa -
PR: Atena, 2021.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5983-375-7

DOI: <https://doi.org/10.22533/at.ed.757210508>

1. Educação. 2. Ciência e Tecnologia. I. Nascimento,
Eduardo do (Organizador). II. Título.

CDD 370

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.

DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access*, desta forma não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
A FORMAÇÃO DA COLÔNIA DE RIO DAS ANTAS E A GUERRA DO CONTESTADO (1911-1916)	
Márcia Janete Espig	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.7572105081	
CAPÍTULO 2	12
A INCLUSÃO DIGITAL DE IDOSOS NA REGIÃO DO CONTESTADO	
Mônica Grandó	
Jane Suzete Valter	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.7572105082	
CAPÍTULO 3	24
A PEDAGOGIA PRÁTICA DE JOÃO MARIA DE AGOSTINI	
Cleber Duarte Coelho	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.7572105083	
CAPÍTULO 4	33
A PERSPECTIVA DE UMA PROFESSORA DA EPT NÃO LICENCIADA SOBRE A FORMAÇÃO DOCENTE	
Emanuelle Alves de Medeiros	
Eduardo do Nascimento	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.7572105084	
CAPÍTULO 5	44
COMPARAÇÃO ENTRE DOIS MÉTODOS DE MAPEAMENTO DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER EM UNIÃO DA VITÓRIA/PR	
Cléria Maria de Melo	
Bruna Aparecida Alves da Silva	
Mariane Félix da Rocha	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.7572105085	
CAPÍTULO 6	56
CONSERVAÇÃO, INSERÇÃO E EXPANSÃO DE ABELHAS NATIVAS SEM FERRÃO NA APP E NO ENTORNO DO IFSC CÂMPUS JARAGUÁ DO SUL-RAU	
Anderson José Antonietti	
Mário Cesar Sedrez	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.7572105086	
CAPÍTULO 7	69
CORES E FRAGMENTOS NO MOSAICO ARTÍSTICO DO CONTESTADO	
Rita Inês Petrykowski Peixe	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.7572105087	

CAPÍTULO 8..... 82

CULTURA E TECNOLOGIA NA REGIÃO DO CONSTESTADO: PERFIL DOS PARTICIPANTES DO PROJETO GRUPO DE DANÇA GAÚCHA DO INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE CÂMPUS VIDEIRA

Leila Lisiane Rossi
Bruno Pergher
Angela Maria Crotti da Rosa
Lizete Camara Hubler
Maurício Natanael Ferreira
Luiz Gustavo Moro Senko

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.7572105088>

CAPÍTULO 9..... 91

DISPUTAS PELA MEMÓRIA DO TERRITÓRIO CONTESTADO: UM MAPEAMENTO DE PRESERVAÇÃO DA CULTURA CABOCLA

João Felipe Alves de Moraes
Diego Gudas

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.7572105089>

CAPÍTULO 10..... 103

ELEMENTOS PARA A PRÁTICA EXTENSIONISTA COMO INSTRUMENTO DE REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES NO CONTEXTO INTERIORANO BRASILEIRO

William Douglas Gomes Peres
Letíssia Crestani

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.75721050810>

CAPÍTULO 11 115

ESTUDO DO USO DE DETERGENTE NO CONCRETO NA REGIÃO OESTE CATARINENSE

Simone Aparecida da Silva Souza
Débora Fátima Alberici

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.75721050811>

CAPÍTULO 12..... 126

ESTUFA PARA CULTIVO DE PLANTAS UTILIZANDO ILUMINAÇÃO ARTIFICIAL LED: MONITORANDO GRANDEZAS ELÉTRICAS E AMBIENTAIS ATRAVÉS DE UM APLICATIVO PARA INTERNET DAS COISAS

Cláudio Eduardo Justin de Freitas
Lucas José da Rosa
Yuri Matheus Scheuer
Anna Baasch Raizer

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.75721050812>

CAPÍTULO 13..... 139

IMIGRAÇÃO HAITIANA NA MICRORREGIÃO DE CONCÓRDIA: ASSOCIAÇÃO COMO FORMA DE RESISTÊNCIA

Jordan Brasil dos Santos

Jonathan Viana da Silva
Leon Mclouis Borges de Lucas

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.75721050813>

CAPÍTULO 14..... 151

INQUÉRITOS FORJADOS NO FIO DA DEGOLA: MAURICIO DE LACERDA E O DEBATE NACIONAL ACERCA DO CONTESTADO

Viviani Poyer

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.75721050814>

CAPÍTULO 15..... 164

JOGOS PEDAGÓGICOS COMO FERRAMENTA DE ENSINO PARA ALUNOS COM TEA NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Mariquiel dos Santos

Claudio Adão da Rosa

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.75721050815>

CAPÍTULO 16..... 174

MEMÓRIA REDIMIDA: O PROCESSO DA CONSTRUÇÃO DO MONGE JOSÉ MARIA COMO PERSONAGEM DE RPG

Christian Yuri Machowski

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.75721050816>

CAPÍTULO 17..... 184

O NOVO VALE DOS IMIGRANTES: O CONFLITO ENTRE ECONOMIA E CULTURA

Alexandre Lima de Oliveira

Francine Soares de Almeida

Karen Wesseler Jung

Daniel Granada da Silva Ferreira

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.75721050817>

CAPÍTULO 18..... 192

O PATRIMÔNIO CULTURAL E INDUSTRIAL PRESENTE NO MUSEU HISTÓRICO E ANTROPOLÓGICO DA REGIÃO DO CONTESTADO

Lara Lima Felisberto

Merilena Alves de Lima Bueno

Juliana Aparecida Biasi

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.75721050818>

CAPÍTULO 19..... 205

OS HABITANTES DA GUERRA DO CONTESTADO (1912 – 1916): UMA ANÁLISE SOBRE O USO DO TERMO “CABOCLO” NA LITERATURA SOBRE O CONFLITO

Nathan Marcos Buba

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.75721050819>

CAPÍTULO 20.....218

PERFIL SÓCIOECONÔMICO E CONDIÇÕES DE TRABALHO DOS CATADORES DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS NAS UNIDADES DE TRIAGEM DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA

Mariana da Silva Barreto
Eduarda de Magalhães Dias Frinhani
Renata Fornari

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.75721050820>

CAPÍTULO 21.....231

PROCESSO DE INTEGRAÇÃO DE REFUGIADOS E IMIGRANTES: A EXPERIÊNCIA DO INSTITUTO FEDERAL DE SANTA CATARINA CÂMPUS CAÇADOR

Bianca Gonçalves Sousa de Moraes
David Ferreira Severo
Diogo Moreno Pereira Carvalho
Marta Ferreira da Silva Severo
Mayara Tsuchida Zanfra
Patricia Frangelli Bugallo Lopes do Nascimento

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.75721050821>

CAPÍTULO 22.....243

PROTAGONISMO DISCENTE NA EDUCAÇÃO INFANTIL: UMA OPORTUNIDADE PARA A DESCOBERTA DA AUTONOMIA

Ana Claudia Viero
Patricia Frangelli Bugallo Lopes do Nascimento
Eduardo do Nascimento Karasinski

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.75721050822>

CAPÍTULO 23.....253

SALTOS DA HISTÓRIA: PERMANÊNCIAS DO CONTESTADO EM GODOFREDO DE OLIVEIRA NETO

Natan Schmitz Kremer
Alexandre Fernandez Vaz

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.75721050823>

CAPÍTULO 24.....265

SIMBOLOGIA CEMITERIAL NO CONTESTADO: LINGUAGEM, ARTE E RELIGIOSIDADE PROPOSITIVAS TEÓRICAS

Alcimara Aparecida Föetsch

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.75721050824>

CAPÍTULO 25.....277

SUCESO DA ATER EM ASSENTAMENTOS DE REFORMA AGRÁRIA NA REGIÃO DO CONTESTADO EM SANTA CATARINA: CONSTRUÇÃO DE UMA POLÍTICA PÚBLICA A PARTIR DE UMA REDE DE ATORES

José Antônio Louzada
Guilherme Radomsky

Marcelo Antônio Conterato

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.75721050825>

CAPÍTULO 26.....289

TERRITORIALIDADE CABOCLA E DESENVOLVIMENTO NA PERSPECTIVA DA JUSTIÇA SOCIOAMBIENTAL

Gabriela Haswany de Almeida

Katya Regina Isaguirre-Torres

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.75721050826>

CAPÍTULO 27.....300

TERRITÓRIO E TENSÕES DE TERRITORIALIDADES: UM DEBATE SOBRE O PROCESSO DE FORMAÇÃO TERRITORIAL DO CONTESTADO

Marcia Chmura

Diane Daniela Gemelli

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.75721050827>

CAPÍTULO 28.....314

VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES: O RETRATO DE UMA REALIDADE A SER ENFRENTADA

Andrea Alves Cavalet

Hillevi Maribel Haymussi

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.75721050828>

SOBRE O ORGANIZADOR.....326

SUCESSO DA ATER EM ASSENTAMENTOS DE REFORMA AGRÁRIA NA REGIÃO DO CONTESTADO EM SANTA CATARINA: CONSTRUÇÃO DE UMA POLÍTICA PÚBLICA A PARTIR DE UMA REDE DE ATORES

Data de aceite: 23/07/2021

José Antônio Louzada

Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul UFRGS
Porto Alegre

Guilherme Radomsky

Professor do Departamento de Sociologia e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul UFRGS
Porto Alegre

Marcelo Antônio Conterato

Professor do Departamento de Economia e Relações Internacionais, e do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, UFRGS
Porto Alegre

RESUMO: Este estudo tem como objetivo analisar a política de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) para assentamentos de reforma agrária na região do Contestado em Santa Catarina (SC), entre o período de 2012 e 2017. A orientação teórica que permeia esta pesquisa passa pela abordagem das ideias de sucesso e fracasso em projetos de desenvolvimento suscitada por David Mosse (2005) e a problematização entre teoria e prática dos projetos levantada por Olivier de Sardan (2001). A metodologia é de abordagem qualitativa, descritiva e com análise de conteúdo, além de

contar com aporte de uma revisão de literatura. Os resultados demonstram que a política analisada foi sendo readaptada por seus atores envolvidos, desde o momento da idealização até a implementação. Esse processo foi construído por uma rede de atores para que o sucesso da política fosse alcançado, ainda que os atores estivessem em constante vigilância para resistir e sustentar a política pública, sobretudo, em processo de crise política. Em síntese, a política pública de ATER para assentamentos em SC demonstrou que a construção coletiva da política foi um fator decisivo para que as reivindicações das famílias assentadas fossem atendidas, num processo semelhante à políticas do lugar.

PALAVRAS-CHAVE: Desenvolvimento. Antropologia. Rede de atores. Políticas do lugar Contestado.

1 | INTRODUÇÃO

A antropologia do desenvolvimento é uma área do conhecimento que pode proporcionar um conjunto de questionamentos e reflexões críticas que envolvem as políticas públicas e os projetos de desenvolvimento. Nesse sentido, há uma arcabouço teórico que contribui com discussões alternativas a um desenvolvimento que, em primeira instância, parece seguir uma linearidade estritamente exitosa e sem fracassos. É a partir dessa lente de análise que este estudo se propõe a olhar a política pública de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) para assentamentos de reforma agrária

na região do Contestado em Santa Catarina (SC).

Nesta pesquisa, tomamos como referenciais, para contribuição nas discussões as ideias e conceitos dos antropólogos David Mosse (2005) e Olivier de Sardan (2001), os quais fizeram estudos de projetos de desenvolvimento. O primeiro traz à tona a reflexão de sucesso e fracasso dos projetos, o segundo discute os desencontros entre teoria e prática dos projetos, além da questão do populismo metodológico, que é desejável ao conhecimento científico a partir de reflexões críticas dos atores.

As discussões de sucesso e fracasso em políticas públicas de desenvolvimento foram objetos de reflexão e pesquisa abordados por David Mosse (2005) em suas pesquisas antropológicas realizadas na Índia. Nas palavras do autor “[...] minha preocupação não é se, mas como um projeto é bem-sucedido (e depois sem êxito); como o sucesso é feito e gerenciado” (MOSSE, 2005, p. 158, tradução nossa). Ainda, o autor continua:

[...] o sucesso no desenvolvimento não é apenas uma questão de medidas de desempenho; trata-se também de como interpretações particulares são feitas e sustentadas socialmente. Não se trata apenas do que um projeto faz, mas também como e para quem fala, quem pode acreditar nisso (MOSSE, 2005, p. 158, tradução nossa).

Para realizar seus estudos etnográficos, Mosse recorreu ao aporte metodológico de Bruno Latour (2012) a partir do conceito de redes, passando a mapear o projeto e suas ideias, bem como as inter-relações que as levam para o sucesso ou o fracasso. Assim, o sucesso ou o insucesso de um projeto vão estar associados ao quão intensos ou fracos são os laços dessas redes, ou seja, o êxito está vinculado à existência de uma rede com laços fortes, enquanto o insucesso está ligado a uma rede enfraquecida (MOSSE, 2005). Enquanto existe uma comunidade coesa em torno da ideia de que os projetos estão demonstrando bom desempenho, pode-se dizer que ele é bem sucedido.

Por outro viés analítico, Olivier de Sardan (2001) também procura, tal qual Mosse, estabelecer análises de projetos e programas de desenvolvimento a partir dos processos que o constituem, como são organizados e quais seus efeitos. Interessa-nos que o autor faz uma crítica aos projetos de desenvolvimento dotados de populismo ideológico *vis a vis* ao populismo metodológico. Esse último tipo de populismo é desejável para o conhecimento científico propondo reflexões críticas a partir do que falam e como agem os atores, ao passo que o populismo ideológico – típico dos estudos de participação – romantiza “os de baixo” invisibilizando as críticas. Aliado a isso, o autor tece críticas aos dogmas dos tecnocratas que desenvolvem o projeto:

O mundo do desenvolvimento está enfrentando uma enorme lacuna entre discursos e práticas: o que se diz de um projeto de desenvolvimento, projetá-lo, configurá-lo, formatá-lo ou modelá-lo, financiá-lo, legitimá-lo, pouco tem a ver com o que projeto se torna na prática quando atinge seus destinatários. Os antropólogos, portanto, desempenham um papel permanente de 'lembrete ao real': 'você anuncia isso, mas acontece aquilo, que é uma coisa bem diferente'. Eles diagnosticam e descrevem os 'desvios', que negam quase

sempre declarações oficiais (OLIVIER DE SARDAN, 2001, p. 733, tradução nossa).

Em uma interpretação ampla de desenvolvimento, Mosse (2005) traz a reflexão de que há um processo de retroalimentação entre a política e a prática e que, portanto, a desarticulação dessa última pode provocar o fracasso de um projeto. Nesse sentido, o autor afirma que:

O desenvolvimento procede não apenas (ou principalmente) da política para a prática, mas também da prática para a política. Da mesma forma, a falha no projeto não é a falha em transformar projetos em realidade; mas a consequência de uma certa desarticulação entre práticas, seus modelos de racionalização e estruturas políticas abrangentes (MOSSE, 2005, p. 182, tradução nossa).

Assim, amparado nesses pressupostos, a reflexão suscitada por Mosse (2005) pode trazer à luz alguns questionamentos acerca da política pública de ATER para assentamentos de reforma agrária na região do Contestado em SC: como e para quem a política de ATER se dirigiu e o que foi feito para que ela tivesse crédito? Diante disso, este estudo tem como objetivo analisar a política de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) para assentamentos de reforma agrária na região do Contestado em Santa Catarina, entre o período de 2012 e 2017.

A política de ATER na região do Contestado em SC foi construída por uma rede de atores, entre eles as famílias assentadas, os extensionistas rurais da prestadora de serviços de ATER, a Cooperativa de Trabalho e Extensão Rural Terra Viva (COOPTRASC), o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e a Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Assim, mapear o papel e contribuição de cada ator é um processo fundamental para compreensão dos meandros envolvidos nessa política pública.

2 | PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Esta pesquisa tem uma abordagem qualitativa, do tipo descritiva e com análise de conteúdo. Caracteriza-se como qualitativa, pois se trata de um estudo heterodoxo no momento da análise dos dados, além de demandar compreensão analítica, criativa e intuitiva (MARTINS, 2004). O estudo é descritivo, uma vez que, apresenta uma aproximação da realidade pesquisada (SAMPIERI; COLLADO; LÚCIO, 2006). Quanto à análise de conteúdo, esta “[...] é uma técnica de pesquisa e, como tal, tem determinadas características metodológicas: objetividade, sistematização e inferência” (GERHARDT *et. al.*, 2009, p. 84). Ademais, este estudo teve uma revisão de literatura referente à antropologia do desenvolvimento, focada, sobretudo, em estudos dos antropólogos David Mosse (2005) e Olivier de Sardan (2001).

O objeto de estudo desta pesquisa compreende os assentamentos de reforma

agrária localizados na região do Contestado em Santa Catarina. Foi nessa região que ocorreu a Guerra do Contestado, que teve por objetivo a disputa por terras entre os estados de Santa Catarina e Paraná, entre os anos de 1912 e 1916. Esse território foi habitado por indígenas guaranis que foram expulsos por fazendeiros (alguns descendentes da Guerra dos Farrapos), esses últimos criavam gado em meio à paisagem de araucárias, erva-mate e abundância de água do Rio do Peixe e do Rio Iguaçu (TOTA, 1983). A Guerra teve sua situação acentuada pela construção da estrada de ferro São Paulo-Rio Grande do Sul. Nesse processo, destaca-se o conflito resultante da aliança entre as empresas norte-americanas e o Governo brasileiro, os quais massacraram os caboclos, que tiveram seus recursos naturais e terras expropriados.

A região do Contestado Catarinense compreende um conjunto de assentamentos dos Núcleos Operacionais (NOs) de ATER – assim designados na chamada pública por reunir assentamentos de municípios próximos com características semelhantes – a seguir: Rio Negrinho, Canoinhas, Santa Terezinha, Timbó Grande, Curitibaanos, Caçador, Fraiburgo e Campos Novos. Estes NOs compreendem, dentro da região do Contestado, um conjunto de 1372 famílias assentadas (SIGRA, 2015). A coleta de dados para a pesquisa dessa região foi realizada a partir de consulta em documentos da política pública de Assistência Técnica e Extensão Rural para assentamentos de reforma agrária do estado de Santa Catarina. Nesse sentido, foram analisados a chamada pública de ATER lançada em 2012, os termos aditivos dessa chamada pública (2013 a 2016) e os relatórios de atividades coletivas (reuniões, cursos, dias de campo, unidades demonstrativas e intercâmbios) realizadas pela prestadora de serviços, a Cooperativa de Trabalho e Extensão Rural Terra Viva (COOPTRASC).

3 | RESULTADOS E DISCUSSÃO

Esta seção tem por objetivo apresentar os resultados e discussão, que envolvem as mudanças e os atores da política pública de ATER para assentamentos de reforma agrária na região do Contestado em SC.

3.1 Mudanças entre as ideias e a prática (e vice-versa) da política de ATER

A estrutura organizacional da chamada pública de ATER foi amparada em metas definidas a priori pelos técnicos do INCRA e organizadas a partir de um planejamento anual para a implementação por parte da prestadora de serviços. Nesse caso, o contrato previa que ao final de todo ano se fizessem avaliações para planejar e readaptar as metas, dentro de um período de cinco anos, prazo de vigência da política. Essas metas eram compostas por ações para serem desenvolvidas a partir de metodologias de extensão rural, sejam a partir de métodos individuais, sejam grupais. A chamada pública para assentamentos de reforma agrária em SC tinha com objetivo geral “[...] garantir a segurança alimentar

e nutricional; a inserção no processo de produção de forma estruturada, sob a ótica do desenvolvimento rural sustentável das famílias assentadas no estado” (INCRA/SC, p. 5, 2012).

Dentre as metodologias individuais de extensão rural, o contrato orientava a implementação da política a partir de visitas técnicas e atendimentos de escritório, ambas focadas no atendimento *tête-à-tête* entre técnicos e famílias assentadas, a fim de potencializar as demandas dessas últimas. Por outro lado, as metodologias grupais estavam centradas em ações coletivas, como reuniões, as chamadas Reuniões de Interesse da Coletividade (RICs), cursos, dias de campo, Unidades Demonstrativas (UDs) e intercâmbios. Essas ações coletivas eram desempenhadas, no mínimo, por dois técnicos junto a um grupo de famílias assentadas, com o objetivo de capacitação ou tratar de uma temática que fosse do interesse do coletivo (reuniões). Portanto, percebe-se, no primeiro momento de operacionalização da política pública, seu caráter *top down* (de cima para baixo), visto que, as ações desenvolvidas já vinham moldadas pela chamada pública elaborada pelos técnicos do INCRA e, prontamente, foram implementadas pelos técnicos extensionistas da cooperativa.

Ao contrário do que se imaginava (na visão da burocracia estatal), começaram a ser levantadas demandas e ações – tanto por parte das famílias quanto por parte dos técnicos extensionistas – que não estavam previstas no *script* do contrato. Logo, o que fazer diante dessa situação, para manter em vigência a política e, ao mesmo tempo, contemplar as demandas emanadas das vozes dos atores que estavam na ponta da política pública? Essa é uma incógnita a ser refletida a partir da passagem: “[...] o projeto pode mudar da ideia para a realidade e da realidade para a ideia” (MOSSE, 2005, p. 157, tradução nossa). Nesse contexto, a política pública de ATER foi sendo readaptada a partir da reformulação das metas, as quais foram redirecionadas à convergência das ações das metodologias individuais e grupais que foram remodeladas com base nas realidades dos técnicos e famílias.

As questões apontadas por Olivier de Sardan (2001) também nos auxiliam na análise das mudanças que ocorrem nas políticas públicas, no momento que o autor afirma que as questões planejadas no início do projeto podem ter seu curso mudado, conforme o projeto vai sendo executado na prática. Muitas são as alterações que podem ocorrer entre a idealização da política pública pela burocracia estatal até o momento da implementação pelos e entre os atores que estão na ponta da política. No caso da política de ATER em SC, situações empíricas apontaram que metas do contrato foram modificadas a partir da interação entre os extensionistas rurais e famílias assentadas.

Com a intenção de evidenciar a questão de mudança do projeto das ideias para a prática, narramos um episódio de uma visita técnica emblemática – realizada em parceria entre um dos autores deste artigo com seu colega agrônomo extensionista – em um NO da ATER da região do Contestado, para ajustar o instrumento de coleta de informações de

um diagnóstico. Na oportunidade, o colega extensionista comentou, tanto no escritório da ATER quanto na viagem aventureira – muitos balanços no carro pela grande quantidade de buracos na estrada com trechos pedregosos e arenosos – até a moradia da família assentada, que a mesma se encontrava em condições precárias de sobrevivência.

Ao chegarmos no lote de residência da família, fomos bem acolhidos por uma senhora de 31 anos de idade, e tão logo meu colega me apresentou e perguntou da situação de seu esposo doente, o qual estava acamado. Nesse mesmo instante que a senhora conversava conosco e, ao mesmo tempo, varria o terreiro, fomos surpreendidos no diálogo com a chegada dos três filhos do casal: uma menina, de 12 anos, e seus dois irmãos mais novos. Um deles estava montado no cavalo que os acompanhava, carregado de bolsas de carvão vegetal, enquanto o outro irmão acompanhava a menina que vinha a frente do animal, puxando-o. Eu confesso que fiquei apavorado e “perdi o chão” quando me deparei com aquela cena, pois as crianças estavam com seus corpos completamente encarvoados. Nessa situação, a senhora nos comentou que a sobrevivência da família vinha da renda do carvão vegetal e do Bolsa Família, este concedido pelo Governo federal. Ao nos despedirmos da família, as crianças sorriam, e me chamou a atenção a cena da menina com seu sorriso inocente, em contraste com um vaso de flor onze-horas que teimava em florir, embora já fosse fim da tarde. Esta cena alimenta as esperanças de que, apesar de todas as dificuldades, as políticas públicas podem fazer a diferença para a transformação da vida das pessoas, ainda que possa ser ínfima. Este relato não se trata de um ato denunciante, mas ao contrário, evidenciar que situações semelhantes a essa nem sequer são imaginadas quando as políticas públicas são idealizadas e planejadas, sobretudo, por burocratas estatais despreparados, ou mesmo previstas no momento da implementação.

Essa situação nos faz refletir sobre o papel da política pública de ATER e seus (des)encontros. Na viagem de retorno ao escritório, meu colega narrava-me “que não há nada o que orientar na área produtiva para essa família” e que se sentia impotente diante de uma situação dessas, e ainda lamentava de que, diante dessa situação, “o que menos exercia era a função de agrônomo, sendo mais psicólogo para tentar manter a autoestima da família”. Ele também comentou que essa família se enquadrava na “área social” da ATER e que a família já fora encaminhada para a assistência social do município para que medidas cabíveis e necessárias fossem tomadas ao assessoramento e acompanhamento. Aliás, essas divisões na ATER entre área produtiva, social e ambiental, tal qual prevista nos manuais e normativas da política têm um sentido meramente burocrático e pouco operacional, na tentativa de orientar uma política menos voltada à área produtiva (hegemônica) e com um olhar mais voltado a área social e ambiental, com a justificativa de composição de equipes multidisciplinares. Não negamos aqui os poucos avanços a partir dessa divisão, embora o enfoque à área produtiva seja predominante. Contudo, a divisão não faz sentido se não for acompanhada de uma estratégia totalizante e inter-relacionada

da área produtiva, social e ambiental.

Ainda, destacamos que muito mais que equipes multidisciplinares é imprescindível a demanda e a adaptação nos projetos por equipes interdisciplinares, ou quiçá, com uma orientação transdisciplinar ou pluriversitária. Para Boaventura de Souza Santos (2005), o princípio que organiza o conhecimento pluriversitário é a sua aplicação prática. “É um conhecimento transdisciplinar que [...] obriga a um diálogo ou confronto com outros tipos de conhecimento, o que o torna internamente mais heterogêneo e mais adequado a ser produzido em sistemas abertos menos perenes e de organização menos rígida e hierárquica” (SANTOS, 2005, p. 29-30). Não se trata aqui de discutir qual o melhor método, mas de refletir sobre outras formas de conhecimentos que são demandadas da realidade, a qual os contratos não dão conta de prever. E, tampouco, as organizações de ensino brasileiras – poucas são as que têm avançado – estão atentas para se readequar e transformar “os velhos métodos de ensino” orientados no modelo produtivista e difusionista de extensão rural, ambos oriundos da ciência eurocêntrica e norte-americana. Novamente, aqui, essas questões nos remetem às reflexões de Mosse (2005), que afirma que as práticas da política retroalimentam a teoria e vice-versa.

3.2 Construção do sucesso da ATER pela rede de atores

Neste seguimento, também nas metodologias grupais podem ocorrer eventos não previsíveis dentro do contrato de ATER. O projeto de ATER em questão previu algumas metas com propostas coletivas que, na prática, estavam deslocadas do cotidiano das famílias. Nesse sentido, em outro episódio, acompanhei uma reunião com um grupo de famílias e colegas extensionistas, em que se discutiam as metas previstas no contrato para incentivar a cadeia produtiva da bovinocultura de leite na região do Contestado, mas por outro lado, as práticas das famílias eram voltadas, em especial, à cadeia produtiva das hortaliças, da erva-mate, da apicultura e do carvão vegetal da bracatinga (*Mimosa scabrella*). Esta é uma planta nativa da região Sul do Brasil (em especial, Paraná e Santa Catarina) que tem o manejo autorizado pelo Conselho Nacional de Meio ambiente (CONAMA) e pelo Instituto do Meio Ambiente de Santa Catarina (IMA). A bracatinga é muito utilizada em SC como matéria-prima para as produções de carvão vegetal e também o mel de melato, um tipo de mel especial rico em nutrientes.

Durante essa reunião relatada, muitas foram as críticas tecidas a nós (equipe técnica) pelas famílias assentadas que, com razão, discordaram da estratégia de ATER voltada ao leite (embora essa atividade contemplasse algumas famílias), ao passo que demandaram ações direcionadas para outras atividades produtivas (hortaliças, erva-mate, apicultura e carvão), pois essas sim eram desempenhadas no dia a dia dos assentamentos. Para reforçar esses argumentos, era presente na fala das famílias os discursos da produção de tomate na região do Contestado, especialmente no município de Caçador, este se destacando como maior produtor de tomate convencional do estado. Ao mesmo

tempo em que é produzida na região com uma elevadíssima carga de insumos químicos e agrotóxicos, essa atividade também coexiste com a da erva-mate, apicultura e carvão vegetal, as quais não levam insumos químicos ou consomem uma ínfima quantidade, sendo que essas atividades são favorecidas pelas condições climáticas, de vegetação e clima da região.

Ainda, sobre a produção de tomate convencional, nas muitas atividades da ATER que participei, não raro, ouvia lamentações e reclamações das famílias assentadas que afirmavam que “não valia a pena plantar tomate, porque o que colhiam era praticamente só para pagar os altos custos dos insumos”, além de necessitar de um alto emprego de mão de obra em praticamente todo o ciclo, levando-as a contratar mão de obra temporária ou recorrer às trocas de serviços com os vizinhos. Por outro lado, as culturas da erva-mate, apicultura e a atividade do carvão, garantiam uma maior estabilidade de renda às famílias, comparada à renda obtida com a cultura do tomate (mais suscetível às variações climáticas, pragas e doenças e aos preços do mercado), e o emprego da mão de obra nessas atividades, era mais concentrado no plantio e na colheita dos produtos.

A partir dessas evidências do emprego de metodologias individuais e coletivas na ATER fica explícito a contradição provocada pelo modelo do projeto a ser seguido na implementação da política pública (*top down*). Em contrapartida, os atores envolvidos na ponta da política pública, sobretudo, as famílias assentadas, reivindicaram por readaptações no projeto e passaram então a pressionar, tanto os técnicos extensionistas (que no campo representam o poder do Estado) quanto o gestor do contrato, o INCRA, para alterações na política. Percebe-se que, então, os técnicos ocupam espaços de mediação relevantes para articular as relações entre a teoria e a prática das políticas. Assim, em concordância às proposições de alterações na política pública, o INCRA, a COOPTRASC e representantes de famílias assentadas acordaram as mudanças necessárias ao projeto de modo que propuseram alterações na proporção quantitativa das metas do contrato, essas passando então a serem definidas em até 50%, em comum acordo entre técnicos e famílias assentadas. Essas metas receberam o nome de “metas regionais”, pois poderiam ser construídas a partir das demandas locais das regiões das famílias e, portanto, implementadas sob uma perspectiva *bottom up*, ou seja, “desde os de baixo”. Desse modo, as metas regionais eram destinadas a “[...] dar vazão ao planejamento regional de acordo com as prioridades elencadas nos diálogos com as famílias” (INCRA/SC, 2016, p. 23). Os outros 50% ainda continuaram a ser definidos pelo INCRA e foram chamadas de “metas estaduais” e eram objetos semelhantes a serem implementados em todas as regiões, e por vezes, sem muito diálogo, com os atores da política pública, ou seja, com uma orientação *top down*. Nesse sentido, as metas estaduais traziam em algumas de suas orientações “[...] a universalização dos serviços de ATER; as estruturas de controle social do Programa de ATER; [...] dar vazão aos Programas e ações institucionais do INCRA e parcerias com outras instituições” (INCRA/SC, 2016, p. 2).

Outro elemento que contribuiu na orientação das metas regionais, construídas pelos atores diretamente envolvidos na política de ATER de SC, foi o instrumento Sistema Integrado de Gestão Rural da ATER (SIGRA). Com o aporte desse sistema se adotou uma estratégia de *feedback*, uma vez que as informações levantadas pelos técnicos com as famílias (quem são, como vivem, o que produzem e como produzem) foram sistematizadas e compartilhadas nas reuniões e espaços coletivos. Isso suscitou reflexões, pois as famílias puderam “enxergar-se” no momento que as informações passaram a permear os debates e também a contribuir para atender as demandas acordadas entre técnicos e famílias. Desse modo, esse processo de (des)construção incide expressivamente para dar outros sentidos a política pública de ATER que, a partir de então, passa a considerar esse *feedback* de informações, interpretações e proposições de seus atores sem cair em “achismos” ou mesmo propostas descoladas das realidades dos atores da ponta da política pública. Não se trata, conforme afirma Olivier de Sardan (2001), de populismo ideológico, mas metodológico, isto é, valorizar o contexto e os saberes dos destinatários das políticas públicas. Essas questões que sustentaram a política de ATER, a partir das metas regionais e metas estaduais, indicam que passos foram dados na construção de uma política que fosse na contramão de um estilo de política vertical ou *top down* ou, nas palavras de Olivier de Sardan (2001), de fato alternativas ao desenvolvimento.

Diante dessas transformações ocorridas na política pública de ATER para a reforma agrária em SC, e com a proposta de dar um sentido equilibrado à definição das metas do contrato (50% de metas regionais e 50% de metas estaduais), mantidas as críticas, é inegável o reconhecimento dessa experiência na tentativa de dar outros sentidos e significados na busca por trilhar um caminho diferenciado (do *top down*) na construção de uma ATER mais autônoma e emancipadora. Assim, pode-se inferir que o sucesso dessa política se deu ao atrelamento a uma rede de atores que se engajaram na “construção social” do projeto. A Universidade (UFSM) tinha interesses, sobretudo, na extensão com o uso do SIGRA, o INCRA desejava qualificar a política pública, a COOPTRASC almejava garantir a prestação continuada de serviços de ATER às famílias assentadas, as famílias estavam interessadas em receber assessoria técnica voltada as suas atividades, e o MST tinha interesses em propor estratégias políticas e de desenvolvimento aos assentamentos a partir das informações que os dados poderiam evidenciar. E essa parceria deu certo, porque atores com diferentes interesses, mas tratando da mesma política, de modo convergente, dialogaram para construir outras estratégias para qualificação da política pública de ATER.

A experiência de política pública de ATER (re)construída a partir das reivindicações das famílias assentadas em articulação com os técnicos extensionistas e outras organizações da região do Contestado, como cooperativas e poder público local, remete a uma construção de políticas do lugar (*politics of place*). Esse conceito proposto por Gibson-Graham (2004) fomenta uma estratégia de políticas formuladas a partir do lugar, das demandas reivindicadas pelos atores locais. Essas autoras analisaram o caso de mulheres

de favelas (*slums*) na Índia que se organizaram em torno da luta por reivindicação de moradia. Nesse seguimento, as mulheres se organizaram cotidianamente não somente para conquistar moradias, mas na construção de outros sujeitos que se envolveriam na construção, habitação e reprodução em um espaço social politizado (GIBSON-GRAHAM, 2004).

Outro exemplo que pode ser considerado como políticas do lugar é a pesquisa realizada por Benvegnú (2017) com sementes crioulas no município de Canguçu no estado do Rio Grande do Sul (RS). Em tal estudo o autor aponta que a experiência do milho crioulo contribuiu para que ocorresse a manifestação de políticas do lugar, uma vez que, as práticas e conhecimentos locais estão interligados: “[...] Sementes crioulas podem facilmente circular entre reciprocidades/mercados/reciprocidade, e desempenham papéis econômicos e afetivos para muitas famílias” (BENVEGNÚ, 2017, p. 128). Este autor ainda faz uma crítica às sementes híbridas e transgênicas, as quais têm um fim puramente mercadológico, pois são comercializadas como *commodities* no mercado especulativo global.

Assim, no momento em que as famílias assentadas da região do Contestado demandaram, via política de ATER, ações voltadas às atividades de horticultura, erva-mate e apicultura estariam reinvidicando políticas do lugar? Há indicativos favoráveis a esse questionamento, pois no momento de suas reivindicações, também as fizeram a partir de outros sentidos que remetesse as suas práticas, essas emanadas a partir de suas realidades e cotidianos. Embora, essas demandas estivessem imersas em contradições, sobretudo, pela opção da produção de tomate sob cultivo convencional com altas cargas de agrotóxicos (reflexos do capitalismo global), ainda assim podiam optar por desempenhar uma atividade que remetesse as suas práticas locais.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise da política de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) para assentamentos de reforma agrária em Santa Catarina na região do Contestado, vigente entre 2012 e 2017, com base no arcabouço teórico da antropologia do desenvolvimento, traz outros sentidos e reflexões acerca do desenvolvimento e das políticas públicas. Em um primeiro momento, não basta interpretar uma realidade de modo estanque sem considerar o processo histórico e as transformações ocorridas no tempo-espaço em que os atores sociais estão inseridos. Ademais, acreditamos ser necessário discernir a base epistemológica que orienta, desde as ideias até a implementação da política pública ou o projeto, na tentativa de construção de alternativas ao desenvolvimento. E por fim, e não menos importante, a ousadia dos atores da ponta da política pública em não se adaptar a modelos prontos, sobretudo, orientados por concepções euro-americanas, mas que busquem outros caminhos para construções autônomas e emancipadoras, semelhantes

a políticas do lugar. Assim, amparados nessas questões procuramos identificar, discutir e refletir sobre a política pública de ATER para assentamentos de reforma agrária na região do Contestado em SC.

Em suma, a política pública de ATER para assentamentos de reforma agrária em SC, e na região do Contestado, pode ser considerada uma “experiência de sucesso”, nas palavras de Mosse (2005). Uma rede de atores foi articulada para que tal política lograsse êxito, envolvendo a prestadora de serviços de ATER, a COOPTRASC, o INCRA/SC, a UFSM, o MST e as famílias assentadas. A convergência de interesses específicos e a construção de espaços de diálogo e instrumentos como o SIGRA, além daqueles estabelecidos pelo contrato, deram outros sentidos para que a política pública trilhasse um caminho que viesse a qualificá-la. Entretanto, a política teve seu ciclo exitoso interrompido a partir de 2017 (assim como outras políticas vigentes), quando não mais foi renovado o contrato de ATER, no momento em que a presidenta Dilma Rousseff, legitimamente eleita, sofreu um golpe e foi deposta do cargo. Contudo, fica um questionamento para reflexão a partir dessa experiência: um caso de sucesso de política pública sustenta-se por si mesmo? Neste caso, parece que o sucesso da política pública está vinculado não somente ao momento de implementação, mas também na capacidade de resistência e articulação em rede dos atores em momentos de crises políticas.

REFERÊNCIAS

BENVEGNÚ, V. C. **As sementes do lugar: políticas locais e desenvolvimento rural no Rio Grande do Sul meridional**. 2017. 152 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) - Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017. Dissertação de mestrado. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/168626>. Acesso em: 15 dez. 2019.

GERHARDT, T. E. *et al.* Unidade 4 – Estrutura do projeto de pesquisa. In: GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T (Orgs.). Métodos de pesquisa. UAB/UFRGS, Curso de Graduação Tecnológica – Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. **Série Ensino a Distância**. Porto Alegre, Editora da UFRGS, 2009.

GIBSON-GRAHAM, J. K. Violence of development: two political imaginaries. **Development**, Basingstoke, v. 47, p. 27–34, 2004.

INCRA/SC. Superintendência Regional do INCRA em Santa Catarina – SR (10). **Termo de referência para renovação dos contratos de ATER, Contrato/SC 7.000/2012 e Contrato/SC 8.000/2012 entre INCRA/SC e COOPTRASC. V Termo Aditivo**. Vigência 11/03/2016 a 10/03/2017. São José/SC, 2016.

_____. Superintendência Regional do INCRA em Santa Catarina – SR (10). **Chamada pública de ATER/SC, Nº 01/2012, Lotes I e II, Processo nº 54210001518/2011-85**. São José/SC, 2012.

LATOUR, B. **Reagregando o social: uma introdução à Teoria do Ator-Rede**. Salvador: EDUFBA, 2012.

MARTINS, H. H. T. S. Metodologia qualitativa de pesquisa. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.30, n.2, p. 289-300, maio/ago. 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ep/v30n2/v30n2a07.pdf>. Acesso em: 30 abr. 2021.

MOSSE, D. **Cultivating development: an ethnography of aid policy and practice**. London: Pluto, 2005.

OLIVIER DE SARDAN, J. P. Les trois approches en anthropologie du développement. **Revue Tiers Monde**, 2001, 168, p. 729-754. Disponível em: https://www.persee.fr/doc/tiers_1293-8882_2001_num_42_168_1546. Acesso em: 29 dez. 2019.

SAMPIERI, R. H; COLLADO, C. F; LÚCIO, P. B. **Metodologia da pesquisa**. São Paulo, MeGrall – Hill, 2006.

SANTOS, B. S. A Universidade no Séc. XXI: Para uma reforma democrática e emancipatória da Universidade. **Educação, Sociedade & Culturas**, 23, p. 137-202. 2005.

SIGRA. Sistema Integrado de Gestão Rural da ATEs – Programa de ATER/SC. **Banco de dados 2015**. Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Santa Maria, 2015.

TOTA, A. P. **Contestado: A guerra do novo mundo**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

REDE CONTESTADO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA 2

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 



REDE CONTESTADO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA 2

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

